

Ata da sexta reunião do Projeto Político Pedagógico (PPP)

No dia vinte e quinze de agosto de dois mil e quinze (25/07/2015) às 16h20 iniciou-se a sexta reunião do Projeto Político Pedagógico (PPP) cujo objetivo foi discutir as propostas apresentadas na reunião anterior e acrescentar novas ideias acerca das formas de ingresso de estudantes a partir de dois mil e dezesseis (2016). O encontro contou com a participação de educadores, estudantes e colaboradores do Mafalda totalizando quarenta (40) pessoas. São elas: Leon Dias, Renata Cristina Pereira, Talita Amaro, Andreia D'Oliveira, Sandi de Oliveira Aurélio, Matheus Oliveira Fernandes, Sueli S. B. Gonçalves, Amanda Almeida da Silva, Patricia Freire de Souza Santos, Lídia Juliana Lira, Rosenayê Mello Silva, Noemi Conti Gonçalves, Daniele Leite dos Santos, Nathalia Aguiar Pinto, Eduarda Cardoso Ferreira, Lídia Rocha, Camila Medeiros, Rebecca Ferreira da Cunha, Laís Gomes Araújo, Nayara Ferreira Bianchi, Jeniffer Gabrielli dos Santos, Victor César Danrique, Rafaela Evangelista da Silva, Rebeca da Silva, Aline Pereira dos Santos, Giovanna Maria Ferreira, Graziela Cardoso dos Santos, Ana Carolina Gonçalves, Larissa do Carmo Rodrigues, Giovanna Camargo Mello, Laura Silva dos Santos, Natalia Santana, Danilo Guilherme Farias, Stefany Moreira, Bianca Gois de Oliveira, Hauan Nogueira, Bruno Toshio, Grazielle da Silva Dias, Daniel Victor de Oliveira, Radamis do Nascimento Barroso e Laryssa Marinho.

Talita Amaro inicia a reunião explicando o que é Projeto Político Pedagógico, devido ao grande número de indivíduos presentes que nunca participaram desse tipo de reunião. Tal fator contribui para que a mesma relembra-se e cita-se todas as pautas anteriores tratadas no PPP, que culminaram na pauta atual. Em seguida explica a forma de ingresso aplicada em 2015 (Vestibulinho classificatório no começo das atividades anuais), e lembrou que a forma de ingresso nos anos anteriores, além da prova classificatória, se dava por escalonamento de notas. Após isto, propõem uma ampliação das discussões para o meio on-line, como por exemplo, a discussão sobre ingresso. A ideia inicial consiste em que seriam abertas enquetes para que todos os educadores e estudantes pudessem participar, entretanto o peso de voto presencial seria de 60%, já o on-line o peso seria 40%. A diferença nos pesos foi justificada por conta da participação política, incentivando aqueles que não comparecem a reunião a se posicionar politicamente para obtenção de maior porcentagem nas decisões. Então, abre o tema para votação.

Sandi Aurélio acha necessário um período de tempo maior para a absorção da proposta e que a mesma deve ser votada posteriormente.

Larissa do Carmo diz que se deveria lançar a proposta on-line como forma de teste e dá uma sugestão para a forma de ingresso que consiste na análise do boletim escolar dos candidatos, onde as melhores menções seriam a forma de classificação.

Sandi Aurélio retoma a palavra sugerindo que a forma de ingresso se desse por uma pesquisa socioeconômica on-line, seguida de entrevista presencial com os candidatos, para a análise do perfil e da necessidade dos mesmos. Pois afirma que tem conhecimento de alunos do cursinho que teriam condições de pagar mensalidades em outros cursos.

Rebecca volta a debater a proposta da ampliação de decisões on-line, sugerindo que os pesos para os votos presenciais fossem de 70% e para votos on-line 30%. Em seguida, relembra um debate da reunião anterior, onde se foi comentado sobre a falta de educadores ou outras pessoas que poderiam ser responsáveis para tais análises e entrevistas. Finaliza dizendo que se deve buscar alternativas práticas e funcionais, e que a proposta anterior não corresponde a tais critérios.

Rafaela evangelista reforça o posicionamento de Rebecca dizendo que devemos rever a funcionalidade das propostas.

Giovanna Ferreira diz que alunos com vulnerabilidade social devem ter vaga garantida e que a prova não deveria ser avaliativa e sim ter apenas finalidade de análise.

Renata Cristina ressalta que não há mão-de-obra suficiente para a realização de entrevistas, e relembra que atualmente há entrevista no curso do ENEM+18, pois o número de vagas que abrem para o mesmo é muito inferior ao número de vagas do Pré-Universitário. Finaliza lembrando a proposta da inserção de cotas e a de sorteio.

Andréia D'Oliveira menciona a proposta de Giovanna Ferreira, de todos terem vagas garantidas e que o ideal seria acolher a todos, sem a aplicação de provas. Entretanto, o curso oferece um número limitado de vagas todos os anos. Prossegue reforçando que as entrevistas do curso ENEM ocorre, pois o número de alunos é reduzido. Usa da sua experiência para exemplificar as formas e dificuldades de uma entrevista.

Talita Amaro ressalta que as entrevistas serão feitas apenas por um educador e que isso implica numa desigualdade de pré-julgamento. E que já foi cogitada a implantação de análises socioeconômicas, entretanto as comprovações nunca foram solicitadas por falta de mão-de-obra para tal trabalho.

Rafaela diz que a implantação de cotas é indiscutível e que há necessidade de prova para controle de número de alunos.

Talita Amaro retoma a questão da análise de boletim, ressaltando a variabilidade do método, dizendo que há uma diferença de padrão. As menções são dadas por professores diferentes com concepções diferentes. E coloca que alunos que já terminaram o Ensino Médio tem como documento comprobatório o histórico escolar, que muitas vezes não apresenta as menções e sim o status de aprovado e retido. Reforça que todos os métodos propostos darão trabalho, uns mais e outros menos. Em seguida, levantou e mantém a ideia de ingresso por sorteio, dizendo que este método deixa todos os candidatos em um único patamar. Junto com a proposta de sorteio, fala sobre essa proposta acoplada ao sistema de cotas onde na inscrição on-line fosse colocadas categorias para os alunos assinalarem. Onde a primeira categoria seria representada por alunos aptos receber as cotas de PPI + cotas de escola pública + cotas de renda, a segunda representada por alunos aptos a receber cotas de PPI+ cotas de renda e assim

por diante. E fazer o sorteio por cada categoria, direcionando o número de vagas proporcionalmente as porcentagem do IBGE.

Ana Carolina propõe que as matrículas se deem por ordem de chegada e os candidatos que chegarem após todas as vagas serem preenchidas fiquem numa lista de espera, com a finalidade de suprir as vagas remanescentes.

Talita Amaro diz que esse método causa desvantagem aos futuros candidatos que moram em regiões com distancia maior do cursinho.

Rebeca concorda com Talita Amaro e propõem o ressurgimento do escalonamento de notas.

Renata Cristina volta para a questão de cotas e propõem uma nova distribuição de porcentagem de cotas para 50% para Pretos, Pardos e Indígenas e 50% para pessoas cotas de renda, pois a análise do IBGE ocorre de dez em dez anos.

Rosenaiê Mello diz que somos privilegiados de poder decidir por outras pessoas. E uma vez que somos uma assembleia temos que ser honestos sinceros e não esquecer que estamos decidindo coisas para outras pessoas, logo temos que pensar além do nosso cotidiano, do espaço que estamos habituados, e assim entrar em um consenso de inclusão. E reforça a questão do IBGE pontuada outrora por Renata Cristina.

Talita Amaro informa que há pouco tempo para o término da reunião, mas que tem anotado e se atentado a todas as propostas dadas. (E pede para que os autores da mesma compareçam a próxima reunião, para que possam expor estas para votação e também para que cada pessoa presente traga um convidado na semana de votação).

Laura Silva acha seleção por meio de sorteio injusta.

Sandi Aurélio propõe que haja texto descritivo de cada proposta na enquete online.

Noemi Conti sugere uma nova distribuição de porcentagem para a proposta de cotas de ingresso onde 25% seja direcionado a pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, 25% direcionado para cotas raciais e os 50% restantes ingressem por meio de prova classificatória.

Talita afirma que caso a proposta de Noemi venha a ser vigente, por ser uma forma de ingresso mista, deverá se programar educação política.

Por fim, é feita a votação sobre a o peso de voto na proposta de ampliação para o meio online. Onde a sugestão de Talita Amaro (60% presencial e 40% online) recebe 15 votos e a sugestão de Rebecca (70% presencial e 30% online) recebe 23 votos. Assim, foi decidido que o peso do voto presencial será de 70% e o online equivalente a 30%.

A reunião se encerra às 17h10 com o agendamento da próxima PPP para o sábado seguinte, vinte e dois de agosto de dois mil e quinze (22/08/2015) que terá como tema a votação dessa mesma pauta, *Formas de Ingresso*.